



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014.

Maira Inocência Teixeira de Sousa

Educação de Jovens e Adultos na
Escola Meninos e Meninas do Parque

Brasília, DF
Abril/2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014.

Educação de Jovens e Adultos na Escola Meninos e Meninas do Parque

Maira Inocência Teixeira de Sousa

Professora Orientadora: Sinara Pollom Zardo

Tutora orientadora: Carla Andreia S. dos Santos

Projeto de Intervenção Local

Brasília, DF Abril/2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014.

Maira Inocência Teixeira de Sousa

Educação de Jovens e Adultos na Escola Meninos e Meninas do Parque

Trabalho de conclusão do II Curso de Especialização Em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA /2013 – 2014, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Professora Sinara Pollom Zardo

Tutora Orientadora: Carla Andreia S. dos Santos

Avaliadora Externa

Brasília, DF Abril/2014

AGRADECIMENTOS

Pelo apoio e incentivo, agradeço a meu esposo e a meus filhos. A meus familiares e amigos pela motivação e compreensão de minha ausência em alguns momentos.

À orientadora Sinara e à tutora Carla pelo suporte pedagógico, paciência e carinho durante a fase final do curso.

... Minha esperança é necessária, mas não é suficiente.
Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia.
Precisamos de esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída.
Paulo Freire

RESUMO

O projeto de intervenção local para a educação de jovens e adultos na Escola Meninos e Meninas do Parque que vivem em extrema pobreza, morando nas ruas e em albergues questiona o acesso dos mais pobres à escolarização e ao mesmo tempo o cotidiano escolar, a prática pedagógica comum na escola pública enquanto construtora do ser social. Argumenta, também, sobre a condição de igualdade e a criação de políticas públicas pelo Estado para os mais pobres, e sobre a prática pedagógica na escola pública que deve contribuir na transformação social dos estudantes. A escola pública de qualidade deve ter uma prática pedagógica que preconize o acesso do estudante à cidadania e aos direitos. O projeto tem como objetivo estimular a participação ativa dos estudantes da EJA da Escola Meninos e Meninas do Parque no acesso de informações sobre políticas públicas e o comprometimento com a cidadania pautada pela lógica dos direitos. O projeto terá três momentos: rodas de conversas com escuta sensível, palestras informativas com momentos de interação e culminância final.

Palavras chave: Educação, Pobreza e Cidadania.

ABSTRACT

The local Intervention Project for the Youth and Adult Education in the Escola Meninos e Meninas do Parque, living on the streets and hostels; it argues about access of the poor people in education, in the same time, it argues about the everyday in the public schools; the public schools' pedagogical practice while construction of the human being. The condition of the equality and public policy created by the state; It makes reference to the social issues of the poorest and the pedagogical practices in public schools, while schools for the poor people should contribute to the social transformation of the students. The public school that has quality should have a pedagogical practice which would include the student's access to the citizenship and rights. The project intends to encourage the students of the youth and adult education have active participation to access information about the public policies and commitment to the citizenship, guided by the logic of rights.

Keywords: Education; Poverty and citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Estudantes da Escola Meninos e Meninas do Parque_____12

Figura 02 - Estudantes da Escola Meninos e Meninos do Parque_____14

ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMMP - Escola Meninos e Meninas do Parque

PIL - Projeto de Intervenção Local

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEDF - Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal

SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S).....	11
2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	11
2.1 TÍTULO	11
2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA	11
2.3 INSTITUIÇÃO	11
2.4 PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA.....	11
2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO.....	11
3 AMBIENTE INSTITUCIONAL.....	12
4 JUSTIFICATIVA/CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA/MARCO TEÓRICO DO PROBLEMA.....	14
5 OBJETIVOS.....	17
5.1 OBJETIVO GERAL.....	17
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
6 ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES.....	18
7 CRONOGRAMA	18
8 PARCEIROS.....	18
9 ORÇAMENTO	18
10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	20
11 RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	20
12 REFERÊNCIAS	21

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Maira Inocência Teixeira de Sousa

Turma: G – Grupo 10

Informações para contato:

2 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

2.1- TÍTULO:

Educação de Jovens e Adultos na Escola Meninos e Meninas do Parque

2.2- ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

() Nacional () Regional () Estadual () Municipal () Distrital (X) Local

2.3 - INSTITUIÇÃO:

Nome: Escola Meninos e Meninas do Parque

Endereço: Parque Recreativo Dona Sarah Kubitschek, Estacionamento 06 - Brasília DF.

Instância institucional de decisão:

- Governo: () Estadual () Municipal (x) DF
- Secretaria de Educação: () Estadual () Municipal (x) DF
- Conselho de Educação: () Estadual () Municipal (x) DF
- Escola: () Conselho Escolar
- Outros: _____

2.4 - PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA:

Educandos da EJA, segundo segmento da Escola Meninos e Meninas do Parque.

2.5 - PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início: Abril/2014 Término: Junho/2014.

3 - AMBIENTE INSTITUCIONAL



Figura 01 – Estudantes da EMMP em comemoração pela premiação no Circuito de Ciência/2013. Foto cedida por Amélia Araripe, gestora da EMMP.

A escola Meninos e Meninas do Parque - EMMP nasceu da necessidade de ofertar escolarização aos adolescentes e jovens adultos que se encontravam nas ruas da área central do Plano Piloto.

A primeira ação com vistas a ofertar escolarização/ocupação para as crianças e adolescentes que viviam nas ruas de Brasília partiu da Ação Social do Planalto em 1991. Criou-se um espaço onde estes participavam de oficinas de artes, letramento, circo e etc.

Em 1992 a Secretaria de Educação do DF assumiu a Coordenação pedagógica do projeto que previa uma ação conjunta de várias secretarias do Governo; criou-se a Unidade do Gran Circular próximo à Rodoviária do Plano Piloto, onde eram ofertadas diversas oficinas.

A criação da EMMP aconteceu somente em 1995 com o fechamento do Gran Circular. Após vários estudos conclui-se que o melhor local para a escola seria no Parque Recreativo Dona Sarah Kubistchek. Assim, em 18 de Abril de 1995 inaugurou-se um local para ofertar a reinserção à escolarização de sujeitos até então invisíveis aos olhos do Estado.

A oferta de escolarização às crianças e adolescentes em situação de rua era tão problemática que o Ministério Público solicitou à Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal que a EMMP atendesse crianças a partir de sete anos, com atendimento diferenciado com vistas a não evasão escolar destes sujeitos. (Documento do Ministério Público da União, 2009).

Atualmente, a EMMP atende adolescentes, jovens e adultos, sendo turmas do Ensino Fundamental - Correção Distorção Idade e Série - CDIS e turmas de Educação de Jovens e Adultos 1º e 2º segmentos para jovens a partir de 18 anos de idade e adultos. Na EJA 2º segmento há 27 alunos que estudam no turno vespertino.

Após decisão do Grupo de Trabalho da SEDF, criado em dezembro de 2011, a EMMP sofreu uma redução no quadro de docentes que passou a ser de acordo com o número de estudantes, ficando assim com:

- 10 professores em sala de aula e 01 na Sala de Leitura
- 01 coordenadora pedagógica
- 01 orientador educacional
- 01 chefe de secretaria
- 01 diretora
- 01 vice-diretor
- 03 agentes de vigilância
- 03 apoios de serviços de conservação e limpeza
- 01 agente de serviço de cozinha

No Projeto Político Pedagógico da EMMP, não fica claro a prática pedagógica adotada, porém, neste afirma-se que devido à especificidade da clientela, oferece “ensino formal, mas adaptado ao tempo e ritmo do discente levando em consideração suas histórias de vida, talento e dificuldades”. Prioriza o resgate da identidade e realiza assembleias¹ onde todos expõem suas opiniões (PPP- EMMP, 2013, pag. 07). Contudo, através dos diários de classe é possível afirmar que os estudantes abandonam e retornam à escola várias vezes durante o ano letivo e não conseguem avançar nos estudos. Ainda de acordo com o PPP, a EMMP oferta várias oficinas a fim de atender as especificidades dos estudantes, alguns recorrem ao uso de drogas, álcool outras substâncias.

Tanto gestores quanto os professores já trabalham na escola há muitos anos; alguns professores não têm perfil ou formação para atuar com as especificidades da clientela, mas permanecem na escola devido à gratificação.

Implementar o PIL na EMMP é lançar mão de uma “prática pedagógica para libertar os oprimidos”, tal qual afirma Paulo Freire. O resgate da cidadania, o empoderamento e o acesso a direitos para os estudantes é parte de um processo de transformação destes e da escola; tornando a escola um espaço de construção social destes estudantes.

¹ reuniões onde estudantes, corpo docente e diretora se sentam em círculo para conversar sobre os conflitos dentro da escola, comportamento, responsabilidades e normas.



Figura 02 – Estudantes da EMMP - comemoração pela premiação no Circuito de Ciências/ 2013 – Foto cedida pela diretora da EMMP Amélia Araripe.

4 - JUSTIFICATIVA/CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA / MARCO TEÓRICO DO PROBLEMA

O Projeto de Integração Local na Escola Meninos e Meninas do Parque para a Educação de Jovens e Adultos é uma tentativa de suprir a necessidade encontrada pelos estudantes ao tentar acessar serviços como saúde, documentação, ingresso ao mercado de trabalho, habitação, entre outros.

Os estudantes da EJA da EMMP fazem parte da população em situação de rua, não possuem laços com familiares, trabalham informalmente vigiando carros, com jardinagem ou vendendo doces nos semáforos da cidade.

O rompimento dos laços familiares leva ao uso de drogas, fazendo com que necessitem de assistência de órgãos da saúde; vale destacar a existência de um consultório da Secretaria de Saúde na rua não é garantia de atendimento, já que alguns têm receio em se identificarem por medo de serem presos por pequenos delitos que já cometeram. É comum a direção da EMMP pedir ajuda à Coordenação de Educação de Direitos Humanos para que os estudantes sejam atendidos nos postos de saúde para tratamentos diversos.

A falta de documentação por medo de entrar numa delegacia também é comum entre os estudantes, pois eles temem entrar e ficarem presos ali mesmo.

Apesar da existência de legislação garantindo a igualdade dos brasileiros (as) e a garantia de acesso à educação, trabalho, assistência social e saúde, esta parcela da população que, devido à desigual distribuição de renda e acesso ao mercado de trabalho,

continua vivendo sobre o olhar indiferente da sociedade e desconhecendo as políticas públicas e as instituições que poderiam beneficiá-la.

Segundo Demo (1995), o Estado é o “equalizador de oportunidades” já que este tem como função a oferta de serviços públicos, contudo, historicamente sabe-se que tanto os governos de direita como os governos de esquerda não promovem a emancipação dos mais pobres. Governos de direita promovem a reprodução da pobreza ao negar ao povo a tomada de consciência política; a cidadania tutelada acontece de cima para baixo com a presença do clientelismo e paternalismo promovendo a manutenção da elite histórica no poder. Já os partidos de esquerda, promovem a cidadania assistida aonde o “direito a assistência” chega aos mais pobres, porém, ao não promover a “necessária equalização” de oportunidades reproduz a pobreza política. Tanto governos de direita como de esquerda negam aos mais pobres oportunidades de desenvolvimento da educação ao não propiciar educação de qualidade com vistas ao desenvolvimento e oportunidades aos mais pobres. No Brasil, a pobreza atinge 32 milhões de pessoas que dependem do mercado informal para sobreviver, longe de ser um país que promove o bem estar, programas contra a fome e de renda mínima surgiram numa tentativa de escamotear a realidade e promover a ação comunitária e assistência. Contudo, a cidadania pode ser alcançada com políticas públicas como a educação básica de qualidade que não reproduza as desigualdades sociais e propicie a cidadania (Demo, 1995).

Para os estudantes da EMMP o conhecimento sobre a rede de proteção social formada pelas diversas secretarias que compõem o governo de Distrito Federal que deve atendê-los enquanto cidadãos em situação de vulnerabilidade ou risco é o início do caminho a ser percorrido para que estes tenham acesso a direitos básicos. Atendimento nos postos de saúde e educação de qualidade onde a escola seja realmente um espaço de reinserção e construção social destes contando com uma prática pedagógica que leva em conta a diversidade, priorizando o acesso à cidadania. Como levar informações e conscientiza - los que têm direitos? Como fazê-los refletir sobre a realidade em que vivem?

Assim, o PIL é a busca de caminhos de empoderamento dos estudantes da EJA 2º Segmento que enfrentam a dura realidade de pobreza, desigualdade social e educacional.

Apesar dos grandes avanços na oferta de escolarização às populações mais pobre, ainda hoje há uma grande dificuldade de inserção e reinserção destas nas escolas públicas. A condição de pobreza leva à exclusão social, já que sem as mesmas oportunidades dificilmente se consegue mudar a realidade. Podemos constatar essa realidade na Educação de Jovens e Adultos onde, em sua maioria, os estudantes são filhos da classe trabalhadora, que não avançaram no ensino regular, são negros com baixa remuneração e muitos também trabalham informalmente.

Vivenciamos nos dias atuais uma crescente desigualdade social que pode ser constatada no dia a dia dos grandes centros, onde a presença de crianças, adolescentes e jovens adultos que vendem balas, e trabalham informalmente nas ruas é tido como algo natural. Estes cidadãos invisíveis vivem em extrema pobreza e sem acesso a direitos básicos como moradia, saúde e escolarização, contrariando o texto da Constituição da República que em seu artigo 5º prevê a igualdade de todos perante a lei, “a inviolabilidade do direito à vida, à segurança e à propriedade”.

A Política Nacional para inclusão social da População em situação de rua através do Decreto Lei Nº 7.053 de 2009 vem de encontro ao anseio dos movimentos sociais que lutam incansavelmente por acesso a direitos. O citado documento aponta a população em situação de rua como sendo:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, 2009).

Esta é também a dura realidade dos estudantes da Escola Meninos e Meninas do Parque, vivendo em moradias irregulares, albergues e nas ruas.

A população pobre teve a garantia de acesso à educação, porém, no dia a dia, tanto a escola como os estudantes enfrentam desafios diversos como a relação estudante e professor, a falta de condições materiais e a transmissão de conhecimentos que não visam à formação para a vida fora da escola; a realidade da escola é o oposto da realidade esperada numa escola democrática:

...a realidade escolar aparece mediada, no cotidiano escolar, pela apropriação, elaboração ou reelaboração expressas pelos sujeitos sociais, fazendo da instituição educativa um processo de permanente construção social. (DAYRELL, 2007, pag. 1118).

O cotidiano escolar é marcado pela desigualdade social, onde os estudantes convivem com o estigma da não capacidade de sucesso evidenciado através dos altos índices de evasão escolar. A escola, enquanto espaço de “permanente construção social” deve ofertar mais que conhecimento, deve estar apto a ofertar uma prática educativo-crítica e propiciar condições para que o sujeito aprendiz aprenda principalmente a assumir-se

enquanto ser social e histórico; para tanto, a aprendizagem deve acontecer num “espaço aberto, dialógico, problematizador e democrático”.

Iosif (2007) destaca que a escola pública não é capaz de ensinar aos estudantes a aprender a pensar e elaborar o próprio conhecimento e também não consegue formar mão de obra de qualidade com vista a atender às demandas do capitalismo neoliberal. Se escola pública não prepara o estudante para exercer sua cidadania, como pode então este estudante exercer a cidadania? Como deve a escola atuar para mudar esta realidade?

Se a escola deve visar à construção social do estudante, esta só acontecerá através da atuação do docente de forma política; a atuação junto a sujeitos cerceados de direitos básicos por imposição de uma estrutura econômica carece de atuação consciente, portanto faz-se necessário uma prática educativa que não atenda aos interesses do capitalismo neoliberal, e sim, de uma pedagogia para a libertação:

A pedagogia que faça da opressão e suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará. (FREIRE, 1987, pag.32).

A Educação de Jovens e Adultos que é uma modalidade de ensino para os sujeitos da classe trabalhadora, no Currículo em Movimento da Educação Básica para EJA, ressalta a necessidade de uma prática educativa que atenda as especificidades e à diversidade dos sujeitos da classe trabalhadora, “a fim de dialogar com seus saberes e culturas, projetos de vida e articular melhores perspectivas com o meio social, cultural e com o mundo”. (Currículo em Movimento da educação Básica EJA/SEDf, 2013, pag. 11).

Assim, cabe à escola pública que é também a escola dos pobres, adotar metodologias que levem os sujeitos a aprender a aprender, aprender a pensar, a transformar a realidade e a exercer suas cidadanias.

5- OBJETIVOS

5.1- Objetivo Geral:

Estimular a participação ativa dos estudantes da EJA da Escola Meninos e Meninas do Parque no acesso de informações sobre políticas públicas e o comprometimento com a cidadania pautada pela lógica dos direitos possibilitando a reflexão e debates entre os estudantes tomando como base a realidade social educacional vivenciada por estes.

5.2- Objetivos Específicos:

- Informar sobre o acesso às políticas públicas através da apresentação da rede de proteção social de atendimento às pessoas em vulnerabilidade social com palestras, depoimentos de usuários da rede social.
- Resgatar a identidade dos estudantes através de rodas de conversas; a troca de experiências e valorização das histórias de vida.
- Promover a construção do protagonismo através da criação de um grupo de discussão permanente sobre os problemas do cotidiano escolar.

6- ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES

Serão realizadas rodas de conversa com os estudantes, com escuta sensível de suas histórias de vida e experiências enquanto moradores de rua permitindo uma reflexão sobre a realidade em que vivem e as possibilidades de mudanças destas.

Após a fase de escuta e reflexão os estudantes participarão de palestras com representantes do Programa Saúde na Escola, a fim de obter informações sobre atendimento, cuidados pessoais, doenças diversas e também momentos de interação; com representantes da Secretaria de Estado e Desenvolvimento e Trabalho sobre programas sociais que são ofertados para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, além de representantes da Defensoria Pública a fim de emitir documentos como certidão de nascimento e carteira de identidade.

A culminância do Projeto de Integração local acontecerá com uma atividade do Centro de Referência em Direitos Humanos que levará aos estudantes informações e serviços. O desenvolvimento do projeto contará com a atuação do professor de história, artes e da coordenação pedagógica da EMMP.

7- CRONOGRAMA

As rodas de conversa e palestras acontecerão de Abril a Junho de 2014.

8- PARCEIROS

O Projeto de Integração Local conta com o corpo docente, coordenadora e gestores.

9- ORÇAMENTO

Não há orçamento já que todas as atividades serão realizadas com os recursos disponíveis na Escola e parceiros convidados.

10- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá através do registro das falas da observação das atitudes dos estudantes durante o período de desenvolvimento das atividades na escola.

Ao final do desenvolvimento do PIL, estudantes e professores responderão questionários a fim de se verificar se houve a auto apropriação dos temas, e mudanças, além de verificar se as atividades desenvolvidas propiciaram de algum modo o acesso a direitos.

A Avaliação será elaborada considerando os pressupostos da abordagem qualitativa. Segundo Demo (1995) é através da avaliação qualitativa que se pode avaliar o que não é propriamente mensurável, por exemplo, “a participação dos outros”. “Na qualidade não vale o maior, mas o melhor, não o mais extenso, não o violento, mas o autor coloca a identidade cultural comunitária como a “porteira da participação” porque dá luz a força aglutinadora de um grupo humano que decide se autodeterminar, superando sua condição de massa de manobra” (Demo1995, pag.18).

11- RELATO DE EXPERIÊNCIA

As várias visitas à Escola Meninos e Meninas do Parque me instigaram a conhecer mais sobre os que vivem nas ruas, em albergues e invasões. O que os levaram à situação em que se encontram? O que fazem para sair da condição de morador de rua? O que ensinar para pessoas que têm experiências de vida tão complexas?

Enquanto profissional de educação percebi que apesar da EMMP ofertar oficinas diversas, os docentes não têm um trabalho voltado para a mudança da situação desses estudantes; parece-me que há um trabalho assistencialista, isto é, não os ensinam a fazer e sim fazem por eles: se precisam de médico, a direção da escola os leva ao invés de orientá-los sobre onde e como conseguir atendimento no sistema de saúde.

Conversei com adultos que há anos frequentam a EMMP, eles recebem escolarização, mas não se tornam capazes de mudar situações, como por exemplo, estudar numa escola da rede pública já que se adaptaram às normas e até avançaram em suas escolarizações.

Pensei em realizar um projeto onde os estudantes refletissem sobre suas histórias de vida, sobre a sociedade, as políticas públicas de inclusão social, a diversidade e ao final deste se sentissem cidadãos capazes de acessar direitos. Mas tenho consciência de que muitos são moradores de rua por terem rompido os laços familiares e não mais aceitarem as normas impostas pela sociedade.

Os docentes que lá atuam recebem uma gratificação, o que faz com que muitos que não têm o perfil e nem a prática pedagógica para esta clientela permaneçam na escola. O caráter assistencialista é marcante na relação do gestor e do professor para com os estudantes, transparecendo que querem a permanência destes ali ao invés de tentar reinseri-los numa escola que não seja referência para a população em situação de rua, dando a estes a dupla condição de pobreza: material e educacional.

12 - REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal*, 1988

_____. *Política Nacional para a inclusão social da população em situação de rua*, 2009.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, nº100, 2007. P. 1105 -1128. <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>.

Demo, Pedro. *Avaliação qualitativa*. 5ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

_____. *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRACIANI, Maria Stela dos Santos. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. 5ª edição. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, Coleção Prospectiva v.4, 2005.

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. *A qualidade da educação pública e o comprometimento da cidadania global emancipada*. Tese de Doutorado - Universidade de Brasília, 2007, disponível em: http://bdtd.bce.unb/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3261

SEDF. *Currículo em Movimento educação de Jovens e Adultos*. Brasília, 2013.